



KHEUÓL DO UAÇÁ (AMAPÁ): ASPECTOS HISTÓRICOS, GRAMÁTICA E EDUCAÇÃO

KHEUÓL DO UAÇÁ (AMAPÁ): HISTORICAL ASPECTS, GRAMMAR AND EDUCATION

DOI: <https://doi.org/10.24979/ambiente.v14i2.1016>

Glauber Silva - Universidade Federal do Amapá/UNIFAP <https://orcid.org/0000-0003-4286-159X>

Resumo: A língua kheuól do Uaçá é falada por dois povos indígenas de origens bastante distintas, os Karipuna e os Galibi-Marworno, que compartilham a Terra Indígena Uaçá no município de Oiapoque, no estado do Amapá, fronteira franco-brasileira e somam, respectivamente, 2922¹ e 2529² pessoas (Siasi; Sesai, 2014). Essa língua é derivada do guianense, língua proveniente do francês, nascida entre o final do século XVII e início do século XVIII em Cayenne. O guianense é falado por cerca de 60.000 pessoas, atualmente, na Guiana Francesa (Jennings; Pfänder, 2018). Elementos históricos, como o fato de a região ter sido fronteira contestada por Brasil e França até 1900 e, por sua difícil acessibilidade, ser destino de povos etnicamente distintos, fizeram do Uaçá uma região multilíngue, ainda que em pequena escala (Lüpke et al., 2020). Neste trabalho, apresentamos aspectos da língua kheuól em várias dimensões, a saber: falantes atuais, status descritivo da língua, percurso histórico das comunidades de falantes, perfil gramatical e aspectos de seu ensino nas escolas indígenas.

Palavras-chave: kheuól do Uaçá, línguas indígenas, línguas crioulas, educação escolar indígena.

Abstract: The kheuól do Uaçá language is spoken by two different indigenous peoples, the Karipuna and Galibi-Marworno, who share the same land, Terra Indígena do Uaçá, in the Oiapoque municipality, at the Amapá state, Brazil, French Guyane border. The population of each is, respectively, 2922 e 2529 people (Siasi; Sesai, 2014). This language is derived from the Guyanese, which came from French, and was born between the late 17th century and the early 18th century in Cayenne. The Guyanese is spoken by about 60.000 people in French Guyane (Jennings; Pfänder, 2018). Historical elements, such as the fact that the region was a contested border between Brazil and France until 1900 and, due to its difficult accessibility, being the destination of ethnically distinct peoples, made the Uaçá a multilingual region, albeit on a small scale (Lüpke et al., 2020). In this work, we present aspects of the Kheuól language in several dimensions, namely: current speakers, descriptive status of the language, historical trajectory of the communities of speakers, grammatical profile and aspects of its teaching in indigenous schools.

Keywords: kheuól, indigenous languages, creole languages, indigenous school education.

¹Consultado em 31/08/2021 no site [https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Karipuna_do_Amap%C3%A1]

²Consultado em 31/08/2021 no site [https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Galibi_Marworno]

INTRODUÇÃO

A língua kheuól do Uaçá é nomeada e conhecida na literatura disponível de várias formas. As principais são: ‘patois’, ‘patuá’, ‘patoá’, ‘crioulo francês’, ‘crioulo’, ‘créole’ ou kheuol. Os três primeiros termos são considerados, atualmente, pejorativos, os demais, são variações das designações genéricas de muitas línguas que recebem o rótulo de ‘crioula’. O glotônimo ‘kheuól do Uaçá’ busca representar as duas variedades faladas na região, o kheuól Karipuna e o kheuól Galibi-Marworno, e guardar identidade distinta do guianense (e suas variedades) falado na Guiana Francesa.

Neste artigo buscamos apresentar a língua kheuól do Uaçá em dimensões distintas. Apresentamos os povos do Uaçá, sua diversidade, e situamos o kheuól e seus falantes. (Argolo, 2016; Aikhenvald, A., 1998; Capiberibe, 2009; Cavlak, 2016; Ferreira; Alleyne, 2007; Gallois; Grupioni, 2003; Green, L.; Green, D., 2009, 2016; Nimuendaju, 1926; Sanches, R.; Day, K., 2020; Santos, M.; Silva, G., 2020; Valadares, 2006). Nessa perspectiva, discutimos os rótulos ‘língua crioula’ e ‘língua’ e ‘dialeto/variedade’ (Aboh, E.; Degraff, M., 2017; Degraff, 2001; Moore, D.; Galucio, A.; Gabas Jr., N., 2009). Apresentamos exemplos que sugerem os caminhos tomados pelas várias comunidades de falantes de guianense antes de essa língua dar origem ao kheuól do Uaçá (Barrère, 1743; Day, K., 2013; Ferreira, 2010; Jennings; Pfänder, 2018). Inserimos, também, um breve perfil gramatical do kheuól (Ferreira; Alleyne, 2007; DeGraff, 2001; Picanço, 2010; Tobler, 1983; e Silva, G., 2021). Por fim, comentamos alguns exemplos que ajudam a caracterizar a prática dos professores indígenas do Uaçá como construtores de uma educação bilíngue, intercultural, diferenciada e específica (Forte et al., 2019a; 2019b; Silva, J. et al., 2019a; 2019b; Santos, M.; Silva, G. 202).

OS POVOS DO UAÇÁ

Os povos indígenas Karipuna e Galibi-Marworno compartilham atualmente o kheuól do Uaçá como língua de identidade. Os ancestrais desses dois povos trilham caminhos distintos antes de convergirem linguisticamente e territorialmente. A Terra Indígena do Uaçá (TI Uaçá I e II, cf. Imagem 1) fica no extremo-norte do Amapá, no município de Oiapoque, na fronteira do Brasil com a Guiana

Francesa.

Imagem 1: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3886>



Historicamente, a situação fronteiriça foi bastante conturbada entre 1713 e o ano de 1900. Entre idas e vindas, as fronteiras entre Brasil (antes Portugal) e França já foram contestadas em posições mais ao sul, como os rios Araguari e Cassiporé. Entre 1840 e 1900, o território entre os rios Araguari chegou a ser considerado neutro e compartilhado entre Brasil e França, o que, na prática, afrouxava o controle territorial. Isso fazia com que a região recebesse, indistintamente, a influência de pessoas de regiões bastante diferentes. Essa situação só foi resolvida em 1900, com a arbitragem da Suíça, que reconheceu o argumento brasileiro e cravou a fronteira no rio Oiapoque. O documento que consolidou esta decisão ficou conhecido como Laudo Suíço (Cavlak, 2016).

O Uaçá é uma região de difícil acesso, com locomoção exclusivamente via fluvial, o que atraía indígenas e negros que fugiam do genocídio colonial europeu. Outra característica importante é o fato de o Uaçá ser rico em minérios, o que causou algumas ‘corridas do ouro’ durante esse período (Ferreira; Alleyne, 2007). Registra-se que muitos falantes do guianense incluíam pessoas da Martinica e Guadalupe, locais com variedades distintas de línguas crioulas de base francesa, com intensa presença na região no século XIX. Inclusive, o atual município de Oiapoque era conhecido como ‘Martinica’ antes de sua fundação em 1945 (Capiberibe, 2009). Toda essa miríade de elementos históricos, sociais e linguísticos formaram o Uaçá que conhecemos hoje como uma área que congrega povos indígenas distintos e multilíngues, já que não apenas o kheuól é falado na região, mas também o parikwaki (família arawak), o kali’nã (família karib) e o português (Gallois; Grupioni, 2003).

KHEUÓL DO UAÇÁ: POVOS FALANTES

Além do kheuól do Uaçá, em suas variedades Karipuna e Galibi-Marworno (Santos, M.; Silva, G.,

2020), o parikwaki é falado pelos Palikur (Aikhenvald, A., 1998; Green, L.; Green, D., 2009, 2016; Valadares, 2006), e o kali'nã é falado pelos Galibi do Oiapoque, que, apesar do nome semelhante, guardam um passado distinto dos Galibi-Marworno (Gallois; Grupioni, 2003). O português, atualmente, é falado, por praticamente todos. O kheuól é falado por muitos adultos Palikur (Ferreira; Alleyne, 2007) também como língua franca, status que se mantém, apesar da forte e nítida pressão do português pela hegemonia em todos os domínios de uso (Sanches, R.; Day, K., 2020).

Os Karipuna são descendentes dos revolucionários da Cabanagem, revolta anti-colonial e anti-imperial ocorrida entre 1835-1840 (Argolo, 2016), na antiga província do Grão-Pará e Maranhão, no município de Cametá, atual estado do Pará. Indígenas e mestiços, falantes, à época, de nheengatu, rumaram ao norte e se refugiaram na atual região do Uaçá às margens do rio Curipi. Teriam tido contato com outros povos falantes de guianense por ocasião das 'corridas do ouro'.

Os Galibi-Marworno são descendentes de indígenas Aruã, Galibi, Itoutan, Maraon e Palikur. Os ancestrais dos Galibi-Marworno pareciam viver em um ambiente com diversas línguas indígenas até o início do século XX (Nimuendaju, 1926), quando ações mais sistemáticas do governo brasileiro, na esteira da ocupação territorial após a resolução do imbróglia fronteiro através do Laudo Suíço em 1900, começaram a apertar o cerco infra colonial contra as populações indígenas. Ainda na primeira metade do século XX, fundou-se uma escola na aldeia de Kumarumã e os indígenas, antes espalhados em ilhas pelo Uaçá (Capiberibe, 2009), foram concentrados em apenas uma aldeia e o kheuól foi proibido. Nesse processo, línguas indígenas remanescentes tiveram sua transmissão interrompida e falar o kheuól poderia significar receber castigos físicos severos.

O RÓTULO 'LÍNGUA CRIOULA'

O kheuól do Uaçá é uma língua que recebe o rótulo de 'crioula'. Popularmente, este termo tem uma carga bastante pejorativa e, muitas vezes, é usado para situar determinada língua como paralela ou de menor prestígio em relação a uma língua hegemônica. Na linguística, este termo vem levantando um debate que busca refutar algumas definições excepcionalistas

para o fenômeno.

O rótulo 'crioulo, criollo' antecede o seu uso na linguística. A palavra teria vindo de 'criar' (em português e espanhol), com o sentido de 'cuidar' ou 'cuidar do crescimento' (Aboh, E.; Degraff, M., 2017, página 403):

“...first emerged in the 16th century, not as a linguistic term, but as a geopolitically-rooted classificatory label that acquired ethnographic significance in the midst of European imperialism in the Americas, especially Latin America (for extensive discussion, see Mufwene 1997; Chaudenson and Mufwene 2001; Palmié 2006; Stewart 2007; Roberts 2008).”

O rótulo nasce, grosso modo, para designar tudo aquilo que se referia às colônias ultramarinas dos exploradores europeus. Nesse contexto, as variedades linguísticas das línguas dos colonizadores, chamadas de línguas 'crioulas', nasceram a partir do contato abrupto entre os invasores e, sobretudo, das populações do Oeste da África, que foram sequestradas para serem escravizadas além-mar.

Séculos depois, na linguística, o termo 'crioulo' passou a designar línguas que nasceram desse tipo de contato abrupto. O seu uso na linguística vem sendo bastante criticado por ter um sabor excepcionalista. Autores como Aboh e DeGraff (2017) e DeGraff (2020) defendem que, em termos linguísticos, seja na dimensão gramatical-tipológica ou em aquisição e mudança, línguas crioulas não apresentam nada de excepcional.

O nascimento de uma língua como o guianense, uma variedade do francês, que nasceu no espaço de uma geração, entre o final do século XVII e o início do XVIII em Cayenne, pode ser explicado pela presença de fatores que induzem a mudança linguística, como o deslocamento massivo de pessoas para um ambiente em que elas devem aprender uma L2 já adultas e rapidamente. Infelizmente, esse foi o cenário que o colonialismo francês proporcionou ao sequestrar pessoas negras no Oeste da África e escravizá-las nos territórios invadidos do Caribe. Obviamente, a gramática de francês L2 gerada por esses falantes vai ter elementos típicos de falantes de L2 adultos, como aproximação da sintaxe e da fonologia da L2 de suas respectivas L1 (diversas línguas nigero-congolesas, cf. Jennings, W.; Pfänder, S., 2018 para discussão). As crianças que ali nasciam no cativeiro, expostas a esse francês L2, o adquiriam como L1. Para a linguística, não há nada de

excepcional nesse contexto de mudança induzido por contato, o que há de excepcional nesse caso é o ineditismo histórico de tamanha brutalidade, o colonialismo, que promoveu diásporas tão grandes e em tão pouco tempo.

Nesse sentido, neste trabalho reposicionamos o significado do rótulo ‘língua crioula’ como uma categoria de cunho sócio histórico que designa variedades de algumas línguas europeias que nasceram no contexto escravista e colonial das colônias, sobretudo (mas não só), do Atlântico.

AS NOÇÕES DE ‘LÍNGUA’ E ‘DIALETO’

O kheuól do Uaçá é uma língua diferente do guianense? Sim. E para construirmos essa afirmação, precisamos revisitar e situar algumas noções bastante escorregadias, como as noções de ‘língua’ e ‘dialeto’, ou ‘variedade linguística’. Ambos os conceitos são calibrados de acordo com elementos linguísticos per se e também por considerações de natureza política referentes às comunidades de falantes. Portanto, de antemão afirmamos: não há definição ‘puramente técnica’ para ‘língua’ ou ‘dialeto’.

Uma definição muito usada para fins práticos é a da ‘inteligibilidade mútua’: se duas gramáticas, apesar de diferentes, promovem o entendimento mútuo entre falantes, então podem ser contadas como pertencentes a apenas uma unidade linguística ou língua (Moore, D.; Galucio, A.; Gabas Jr., N., 2009). Essa definição guarda muitos problemas. Por exemplo, a inteligibilidade não é necessariamente recíproca. Falantes de uma determinada gramática A podem entender falantes de uma gramática B, enquanto a recíproca (B entende A) pode não ser verdadeira, como é o caso do português, em relação a certas variedades do espanhol. Outro problema é que essa definição para fins práticos desconsidera completamente elementos políticos de auto reivindicação e de identidade linguística, que interpretam essas diferenças gramaticais de maneira diferente, ora a reivindicá-las como marcadores de variedades de uma língua (no caso de grupos politicamente semelhantes), ora a reivindicá-las como marcadores de línguas distintas (no caso de grupos politicamente distintos). A aplicação da definição de cunho prático serve apenas para situações em que há pouca ou nenhuma informação linguística e sócio histórica sobre as comunidades de falantes pesquisadas. Em geral, essa definição é usada

somente em grandes levantamentos sócio linguísticos de diversidade linguística, em que o número de comunidades de falantes consultadas é muito grande, e suas limitações são absorvidas e consideradas de maneira consciente pelos pesquisadores envolvidos.

A noção de ‘dialeto’, popularmente, é usada, em muitos contextos, de maneira pejorativa. Quando um leigo reputa a uma língua ou variedade linguística desconhecida o rótulo de ‘dialeto’, a intenção seguramente é situá-la como inferior, desprestigiada, menor ou estranha. Na linguística, esse termo, equivalente a ‘variedade’, é usado para designar uma determinada gramática que, em algum nível tipológico observável, juntamente com outras gramáticas distintas, forma um grupo de gramáticas que, apesar das diferenças, são semelhantes o suficiente para serem reivindicadas como uma ‘língua’ por uma ou mais comunidades de falantes. Nesse contexto, por exemplo, a gramática do que chamamos de galego (língua românica europeia falada na atual Galícia, Espanha) é semelhante o suficiente para ser reivindicada como variedade do português, no entanto, não o é por questões políticas. Embora galego e português tenham gramáticas muito semelhantes, e comunguem de grande inteligibilidade mútua, possuem comunidades de falantes diferentes o suficiente, em termos sócio históricos e políticos, para reivindicar essas dessemelhanças como constitutivas de duas ‘línguas’ diferentes e não de ‘variedades’ de uma mesma língua. Os conceitos de gramática, dialeto e língua, constituem, respectivamente, uma escala que vai do conceito mais simples e descritível, o de gramática, ao mais complexo, o de língua, fruto analítico que soma, em sua formulação, aspectos tipológicos (variedades linguísticas) àqueles referentes às comunidades de falantes (identidade linguística).

O exemplo do galego e do português é bastante semelhante ao que ocorre entre o kheuól do Uaçá, suas variedades Karipuna e Galibi-Marworno, e o guianense. Mostram gramáticas semelhantes, mas diferentes o suficiente, e também presentes em comunidades de falantes diferentes o suficiente, para serem reivindicadas como línguas distintas.

DO GUIANENSE AO KHEUÓL DO UAÇÁ

O kheuól do Uaçá faz parte de um continuum de línguas derivadas do francês que nasceram no contexto colonial do Atlântico (Ferreira, 2010). O

guianense nasce na virada do século XVII para XVIII. A linha do tempo de comunidades de falantes que desaguou no nascimento do guianense seria a seguinte (Jennings; Pfänder, 2018, p.7): em 1654, Cayenne foi ocupada por portugueses e holandeses; em 1660, os portugueses iniciam o deslocamento forçado de pessoas escravizadas do Oeste da África para a região; em 1664; a ocupação passa a ser francesa, holandeses e grande parte dos portugueses partem; em 1667, os portugueses restantes partem; no início do ano de 1700, o guianense já é a língua nativa da população nascida localmente. Rapidamente, já se torna a língua da colônia, distinta das variedades do martiniquense e de outras ilhas das Antilhas (Barrère, 1743).

“Barrère’s observations show that by the early 1720s, FGC was recognised as a language related to but distinct from Martinican and other dialects of Lesser Antillean Creole.” (Jennings; Pfänder, 2018).

O guianense tem transmissão intergeracional estável desde então. Nem o período de ocupação portuguesa da Guiana Francesa entre 1809 e 1815 parece ter apresentado quaisquer influências substanciais nesse processo de consolidação do guianense como língua franca da região e também da região fronteiriça em constante disputa até 1900.

A partir de 1900, a presença brasileira na fronteira com o rio Oiapoque passa a ser sistematicamente consolidada. Nesse contexto, falantes de guianense que, antes falavam, francês e guianense, passam, cada vez mais a incluir o português em suas vidas. Embora o processo de ‘abrasileiramento’ da região tenha se iniciado no início do século, jornais da época reportavam que ainda em 1920 não se falava português na região (Day, K., 2013). É nesse corte de contato que parece começar a nascer as primeiras comunidades de falantes que hoje chamamos de kheuól do Uaçá. As gramáticas dessas línguas apresentam diferenças em todos os níveis, no nível fonético-fonológico, no nível morfossintático e no nível lexical.

Aos ouvidos de um leigo, a dimensão fonético-fonológica é a diferença mais marcante e perceptível. O padrão fonético-articulatório das vogais e consoantes do guianense assemelha-se ao do francês, enquanto a do kheuól do Uaçá, assemelha-se ao do português.

Na dimensão morfossintática, podemos citar a

estrutura do sintagma nominal. Morfologicamente, os determinantes para definido singular e definido plural são distintos. No kheuól do Uaçá, o determinante definido singular é ‘-la’ (1a), em guianense, é ‘-a’ (3a). O determinante definido plural no kheuól do Uaçá é ‘-iela’ (2a); em guianense, é ‘-ya’ (4a). No guianense, os determinantes singular e plural apresentam as formas ‘-an’ (3b) e ‘-yan’ (4b), respectivamente, quando precedidos por raiz terminada por consoante nasal.

(1a) kaz-la kheuól do Uaçá

casa-DEF.SG

‘a casa’

(1b) fam-la

mulher-DEF.SG

‘a mulher’

(2a) kaz-ielá

casa-DEF.PL

‘as casas’

(2b) fam-ielá

mulher-DEF.PL

‘as mulheres’

(3a) kaz-a guianense

casa-DEF.SG

‘a casa’

(3b) fanm-an
mulher-DEF.SG
'a mulher'

(4a) kaz-ya
casa-DEF.PL
'as casas'

(4b) fanm-yan
mulher-DEF.PL
'as mulheres'

Destaquemos que no século XIX, a expressão da definitude no plural no guianense consistia da sequência do 'yé', 3PL, e o definido em sua forma 'la', grafados separadamente.

(5) Négue Kourou yé la wa beau vanté yé
povo Kourou 3pl DEF FUT em.vão louvar 3pl
cassave.
mandioca

'O povo de Kourou vai louvar em vão a mandioca deles.

(Parépou 1885, p. 18 apud Jennings; Pfander, 2018)

O exemplo (5) sugere que a forma atual do *kheuól* do Uaçá para o definido plural é conservadora, enquanto as formas atuais do guianense são inovadoras (yé la > ya(n) / la > a(n)). O fato de o texto do guianense de 1885 grafar a forma antiga do guianense (yé la) indica que o processo de diferenciação que resultou no *kheuól* iniciou-se após esse período.

PERFIL GRAMATICAL DO KHEUÓL DO UAÇÁ

Alguns trabalhos disponíveis que abordam tópicos gramaticais do *kheuól* do Uaçá, ou de uma de suas variedades, são: Tobler (1983), Ferreira; Alleyne (2007), Picanço (2010) e Silva. G. (2021a; 2021b).

O *kheuól* do Uaçá é uma língua predominantemente núcleo-inicial.

(6) mo mãje kasab-la
eu comer beiju-DEF.SG
'eu comi o beiju.'

(7) ke u
com você
'com você, contigo'

(8) pu hete jiz
para ficar ser.certo
'para ficar certo.'

Já os determinantes são pospostos.

(9) wom-la
homem-DEF.SG
'o homem.'

(10) wom-iela
homem-DEF.PL
'os homens'

Tempo, modo e aspecto são marcados com morfemas funcionais pré-verbais, que ocorrem entre o sujeito e o verbo. O morfema *te* marca tempo verbal anterior ou passado (11b; 12b); o morfema *ke* marca modo irrealis (11c; 12c), e muitas vezes é glosado

semanticamente como ‘futuro’; já o morfema ka marca aspecto imperfectivo (11d;12d). As categorias gramaticais de tempo ‘não-anterior’, modo ‘realis’ e aspecto ‘perfeito’ são marcadas com Ø. Quando ocorre Ø ou ka, as leituras de aspecto vão depender da classe acional dos verbos (aktionsarts). Verbos como mǎje ‘comer’ vão apresentar leituras perfectivas em contexto Ø (11a), enquanto verbos como malad ‘estar doente’ vão apresentar leituras imperfectivas nesse mesmo contexto (12a). Na presença de ka, as leituras aspectuais também são distintas (compare as traduções de 11a e 12a).

(11a) mo mǎje ‘eu comi’
 eu comer

(11b) mo te mǎje ‘eu tinha comido’
 eu PST comer

(11c) mo ke mǎje ‘eu comerei’
 eu IRR comer

(11d) mo ka mǎje ‘eu estou comendo’
 eu IPF comer

(12a) mo malad ‘eu estou doente’
 eu estar.doente

(12b) mo te malad ‘eu estive doente’
 eu PST ‘estar.doente

(12c) mo ke malad ‘eu estarei doente’
 eu IRR estar.doente

(12d) mo ka malad ‘eu estou ficando doente’
 eu IRR estar.doente

O kheuól é uma língua com palavras gramaticais em geral mono ou bimorfêmicas, um padrão isolante.

(13) kupe ‘cortar’

(14) kupe -tó ‘cortador’
 cortar -NMLZ

De acordo com o que foi delimitado neste trabalho, entendemos que línguas crioulas nascem da nativização como L1 por parte de uma geração mais nova de uma gramática de uma L2 aprendida por uma geração já adulta em situação de intensa pressão social (como as diásporas da escravidão colonial). No contexto aqui estudado, a L2 a ser aprendida sob intensa pressão de vida ou morte eram as variedades do francês a que os escravizados tinham contato. Há uma grande discussão sobre as variedades faladas pelos invasores franceses na virada do século XVII e XVIII na região de Cayenne, uma vez que em outras colônias, como o Haiti, elas eram bastante variadas.

“Putting aside the fact that “standard French” (specially back then) was an artificially constructed language with few, if any, native speakers, Goodman’s contention seems somewhat extreme, for at least two reasons: (i) most whites in colonial Haiti, and even in France, were more likely to be illiterate speakers of rural “patois” – Langue d’Oc, Langue d’Oil, Norman French, etc. – than fluent speakers of standard/literate French (see, e.g., Chaudenson 1995: 18, Chaudenson & Mufwene 2001: 151–153); and (ii) not all creole creators were exposed to the same (non-native approximations of) native French varieties: right from the onset of contact, there must have existed a continuum of contact varieties, which were subsequently modulated through sociolinguistic factors into later varieties, including those known to us today (see, e.g., Alleyne 1971, Mufwene 2001; also see Note 15 and Appendices A and B).” (DeGraff, 2001, p. 240)

O contato abrupto de levas de pessoas escravizadas do oeste da África com o captor, que ocorreu nas diversas colônias francesas a partir de uma mesma língua, o francês, originou diversas

línguas distintas. Portanto, cumpre perguntarmos: que fatores levaram a essas diferenças? Fatores como a (ou as) L1 dessa primeira geração de adultos que teve a tarefa de aprender o francês como L2, fatores inerentes ao processo de aquisição de linguagem, aliados ao contato com falantes de outras línguas e de outras variedades do francês certamente tiveram um papel importante na moldagem das atuais línguas crioulas de base francesa em toda a região do Atlântico e do Caribe. Esses elementos fazem da região do Uaçá uma região multilíngue. Nesse sentido, há um esforço dos professores indígenas Karipuna e Galibi-Marworno da região de, sob essa perspectiva, construir as diretrizes do chamado “Ensino de Língua Materna”.

POR UMA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA BILÍNGUE, INTERCULTURAL, ESPECÍFICA E DIFERENCIADA: A EXPERIÊNCIA RECENTE DO UAÇÁ

A região do Uaçá pode ser considerada multilíngue em microescala (Lupke et al., 2020). O *kheuól* é a língua franca histórica da região e, atualmente, vem sofrendo forte pressão do português pela hegemonia local (Sanches, R., 2020). O quadro de vitalidade das línguas da região do Uaçá é bastante diverso e incerto. O que se sabe é que o *kheuól* do Uaçá é uma língua minoritária e, por isso, seu ensino tem como esteio políticas de documentação e revitalização de modo a articular a sua sobrevivência, valorização e prestígio em um contexto multilíngue de contato com diversas línguas.

No Brasil, a educação escolar indígena deve prezar pela construção de quatro predicados: deve ser bilíngue, intercultural, específica e diferenciada (BRASIL, 1988). Objetivamente, o significado dessas quatro características vêm sendo moldado através da prática e das experiências individuais de cada um dos povos indígenas no caminho da construção do conceito de educação escolar indígena.

Não se sabe o número exato de línguas indígenas no Brasil, o IBGE (2012) conta 274, mas o número pode ser bem menor (Moore et al., 2008). Sobre o número de falantes de cada uma das línguas, seus respectivos graus de vitalidade (alta, baixa, inexistente), o status de cada uma em relação a outras línguas indígenas e o português (língua franca,

hegemônica?), os tipos de falantes dessa língua (falantes de L1, L2 ou herança?), a atitude dos falantes (positiva, negativa?), e a sua inserção na educação escolar indígena, sabe-se menos ainda. Há uma imensa diversidade em cada um desses fatores, portanto, políticas linguísticas públicas homogêneas e centralizadas estão fadadas ao fracasso. O fato de essas políticas terem de ser ajustadas em nível local para serem efetivas impõe certas especificidades. Uma delas, e a mais importante, é que nesse cenário, a responsabilidade em diagnosticar a situação linguística da comunidade, propor e produzir materiais específicos bilíngues e multilíngues recai sobre o professor da educação escolar indígena. O professor da educação escolar indígena, portanto, deve ter uma formação que lhe garanta o poder de produção autônomo de materiais didáticos para a sua própria realidade.

Atualmente, há a disponibilidade de diversos programas de computador que facilitam e barateiam exponencialmente a produção de materiais digitais (e-books e audiovisual). Com o treinamento correto (através de cursos promovidos pelas licenciaturas indígenas) em linguística e nos programas de computador que produzem materialmente o resultado intelectual das oficinas (promovidas pelos professores indígenas que formulam seus projetos pedagógicos) aliado a um baixíssimo investimento em equipamento (notebooks com o auxílio de celulares simples) uma comunidade pode se tornar autônoma em relação à produção de seus próprios materiais didáticos e paradidáticos para o Ensino de Língua Materna.

A partir dessa metodologia de trabalho voltada para a autonomia, e com vistas à consolidação de práticas que construam os conceitos de uma educação bilíngue, intercultural, específica e diferenciada, na região multilíngue do Uaçá, professores da educação escolar indígena e da Universidade Federal do Amapá do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena promoveram, através do projeto Valorização das Línguas Crioulas do Norte do Amapá³, a produção de materiais didáticos e paradidáticos específicos para o ensino da línguas *kheuól* a partir de oficinas de formação em métodos e técnicas de documentação linguística e produção de livros nas aldeias Karipuna e Galibi-Marworno (Forte et al., 2019a; 2019b; Silva, J. 2019a; 2019b). O projeto produziu materiais didáticos, paradidáticos e audiovisuais para ambas as variedades específicas do *kheuól*, o Karipuna e o

³Coordenado pela Professora Mara Santos do CLII-UNIFAP e financiado por edital próprio do Ministério da Justiça. O autor deste trabalho foi membro da equipe do projeto.

Galibi-Marworno. O trabalho realizou desde oficinas de formação para a elaboração, atualização e discussão de ortografias representativas para cada uma das variedades do kheuól, bem como a coordenação de GTs para produzir materiais didáticos escritos nas ortografias mais recentes (cf. Forte et. al 2019a; 2019b; Silva, J. 2019a; 2019b).

A experiência educacional recente do Uaçá é bilíngue, pois respeita identidades linguísticas próprias; intercultural, já que promove o diálogo para soluções comuns que contemplem distintos povos que compartilham o mesmo espaço-tempo e região, inclusive com a valorização também do português indígena (ver Dos Santos, M.; Gomes, A., 2018); específica, uma vez que busca inserir em sua construção o atendimento, através de respostas materiais, às características próprias de cada povo; diferenciada, porque entende que é no respeito pela diferença, pelo rechaço à hegemonia unificadora do não-indígena, que se edifica uma educação escolar indígena realmente autônoma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo apresentar dimensões distintas da língua kheuól do Uaçá, que, a saber, são: seu percurso histórico, tópicos de sua gramática e caminhos de seu ensino.. As comunidades de falantes desta língua de identidade dos povos Karipuna e Galibi-Marworno têm percursos que são capazes de revelar diversos aspectos da formação linguística e cultural da fronteira franco-brasileira, em especial da região do Uaçá. Atualmente, a região do Uaçá pode ser considerada multilíngue ainda que em microescala (Lüpke et al., 2020). Ainda figura como língua franca da região, mas sofre bastante pressão do português. Essa pressão se materializa no prestígio que o português encontra em detrimento de seu uso prático em certos domínios de uso (Sanchez, R.; Day, K., 2020).

O processo de construção da identidade linguística dos povos indígenas falantes de kheuól ajuda a entender os valores e símbolos que são manejados para a delicada delimitação entre os conceitos de 'língua' e de 'dialeto', para além das meras diferenças gramaticais e lexicais, com a observância necessária de elementos definidores de identidades linguísticas e culturais distintas das comunidades de falantes.

Atualmente, o kheuól ainda é uma língua com pouquíssima descrição gramatical. Há esforços de pesquisadores em aclarar vários aspectos dos estudos do kheuól, que incluem descrições de ordem gramatical, além de estudos que abordam aspectos sociolinguísticos e de contato linguístico.

Os professores indígenas que atuam nas escolas Karipuna e Galibi-Marworno, formados pela Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá, criada em 2007 em Oiapoque, estão focados em resolver questões de cunho prático e de produção de materiais didáticos e paradidáticos que reflitam uma educação escolar indígena de fato bilíngue, intercultural, diferenciada e específica. O objetivo atual é substituir os poucos, antigos e esparsos materiais que auxiliavam os professores na construção de suas aulas, e produzir materiais próprios a partir da formação em nível superior. Em parte, esse objetivo já deu seus primeiros passos para o seu alcance com a produção dos atuais livros didáticos e paradidáticos por equipes de professores indígenas, que foram escritos com as ortografias recentemente atualizadas para as duas variedades. Em paralelo, alguns professores indígenas de Ensino de Língua Materna estão levando a sua experiência para o recém-criado (2019) Programa de Pós-graduação em Letras da UNIFAP e dando continuidade a seus estudos em outro nível, com temas que versam sobre assuntos aderentes às suas experiências docentes acumuladas, que envolvem o estudo de artes verbais do Uaçá e a confecção de dicionários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABOH, Enoch et al. A null theory of creole formation based on Universal Grammar. *The Oxford handbook of universal grammar*, p. 401-458, 2017.
- AIKHENVALD, Alexandra Y.; GREEN, Diana. Palikur and the typology of classifiers. *Anthropological linguistics*, p. 429-480, 1998.
- ANONBY, Stan. A report on the creoles of Amapá. MS. Cuiabá: SIL. www.sil.org/silesr/2007/silesr2007-020.pdf. (2 July, 2016), 2007.
- https://www.sil.org/system/files/reapdata/53/04/15/53041598869863432280125559389596578768/silesr2007_020.pdf
- ARGOLO, Wagner; DE EDUCAÇÃO, União Metropolitana. As línguas gerais na história social-linguística do Brasil. *PAPIA*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 7-52, 2016.

- <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/2571/0>
BARRÈRE, Pierre. Nouvelle relation de la France Equinoxiale, contenant la description des Côtes de la Guiane; de l'Isle de Cayenne; le commerce de cette colonie... avec des figures, etc. 1743.
<https://archive.org/details/nouvellerelation00barr>
BRASIL. Congresso Nacional. Constituição Federal da República Federativa do Brasil.
Brasília, 1988.
CABIPIBERIBE, Artionka. Nas duas margens do rio: alteridade e transformações entre os Palikur na fronteira Brasil/Guiana Francesa. Rio de Janeiro: PPGAS-MN/UFRJ, 2009.
objdig.ufrj.br/72/teses/712802.pdf
CAVLAK, Iuri. Aspectos da Colonização na Guiana Francesa e no Amapá: Visões comparadas e imbricações históricas. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, p. 158, 2016
<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/14881/13202>
DAY, Kelly Cristina Nascimento. Fronteiras linguísticas e fronteiras políticas: relações linguísticas e socio-históricas na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. Cadernos de Letras da UFF, v. 23, n. 47, 2013.
<https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/43664/24936>
DOS SANTOS, Maxwara Cardoso; GOMES, Antonio Almir Silva. Português Brasileiro Falado pelo Povo Karipuna: uma forma de uso que sofre preconceito linguístico. Revista Brasileira de Línguas Indígenas, v. 1, n. 2, p. 63-71, 2018.
<https://periodicos.unifap.br/index.php/linguasindigenas/article/view/5963/0>
DEGRAFF, Michel. On the origin of creoles: A Cartesian critique of neo-Darwinian linguistics. Linguistic Typology, v. 5, n. 2/3, p. 213-310, 2001.
<http://lingphil.mit.edu/papers/degtraff/darwin/anti-simplest.html>
DEGRAFF, Michel. Toward racial justice in linguistics: The case of Creole studies (Response to Charity Hudley et al.). Language, v. 96, n. 4, p. e292-e306, 2020.
https://www.linguisticsociety.org/sites/default/files/e07_96.4DeGraff.pdf
FERREIRA, J.; ALLEYNE, Mervyn C. Comparative perspectives on the origins, development and structure of Amazonian (Karipúna) French Creole. In: Synchronic and Diachronic Perspectives on Contact Languages . CREOLE LANGUAGE LIBRARY, v. 32, p. 325, 2007.
GALLOIS, Dominique Tilkin; GRUPIONI, Denise Fajardo. Povos indígenas no Amapá e Norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?. Instituto Iepé, 2003.
https://institutoiepe.org.br/media/livros/livro_povos_indigenas_no_AP_e_N_do_PA-sem_fotos.pdf
GREEN, Lesley JF; GREEN, David R. Space, time, and story tracks: contemporary practices of topographic memory in the Palikur territory of Arukwa, Amapá, Brazil. Ethnohistory, v. 56, n. 1, p. 163-185, 2009.
GREEN, Diana; GREEN, Harold. Kagta Yuwitekne. Parikwaki-Parantunka. Dicionário Palikur–Português. 2019.
https://www.sil.org/system/files/reapdata/12/39/49/123949475005448672569820978374521142192/plu_Dicionario_Palikur_Portugues_2019.pdf
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
JENNINGS, William; PFÄNDER, Stefan. History: The Creation of French Guianese Creole. In: Inheritance and Innovation in a Colonial Language. Palgrave Macmillan, Cham, 2018. p. 7-81.
LÜPKE, Friederike; STENZEL, Kristine; CABALZAR, Flora; CHACON, Thiago; CRUZ, Aline da; FRANCHETTO, Bruna; GUERREIRO, Antonio; MEIRA, Sergio; SILVA, Glauber Romling da; SILVA, Wilson; STORTO, Luciana; VALENTINO, Leonor; VOORT, Hein van der; WATSON, Rachel. Comparing rural multilingualism in Lowland South America and Western Africa. Anthropological Linguistics, 2020. (aceito/no prelo).
https://tuhat.helsinki.fi/ws/portalfiles/portal/160501626/Comparing_multilingualism_SA_WA_FINAL2_FL.pdf
MOORE, Denny; GALUCIO, Ana Vilacy; GABAS JR, Nilson. O desafio de documentar e preservar as línguas amazônicas. Scientific American Brasil, v. 3, p. 36-43, 2008.
https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/media%3Aset2008/moore_2008_desafio.pdf

- NIMUENDAJU, Curt. Os Índios Palikur e seus Vizinhos, tradução do texto de 1926, versão do NHII-USP, no prelo. 1926.
- PICANÇO, Maria Elza Raiol. A língua Karipuna do Amapá. PAPIA-Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico, v. 13, n. 1, p. 46-50, 2010.
<http://revistas.fflch.usp.br/papia/search/authors/view?firstName=Maria&middleName=Elza%20Raiol&lastName=Pican%C3%A7o&affiliation=Macap%C3%A11&country=BR>
- SANCHES, Romário Duarte; DAY, Kelly Cristina Nascimento. Políticas linguísticas na área indígena dos Karipuna do Amapá: o caso do kheuól. Revista Linguagem & Ensino, v. 23, n. 4, p. 1317-1339, 2020.
<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/18513>
- FORTE, J. S.; SANTOS, G M. F.; SILVA, G. R. da. CAMPETELA, C.; COSTA, I. L. (Orgs.). No Lang No Mias - Liv paradjdatxik dji methes-iela. Macapá: Editora Unifap, 2019a.
<https://www2.unifap.br/editora/files/2020/02/no-lang-no-mias.pdf>
- FORTE, J. S.; SANTOS, G M. F.; SILVA, G. R. da. CAMPETELA, C.; COSTA, I. L. (Orgs.). Ximě dji konetmã - Liv djidatxik dji methes-iela. Macapá: Editora Unifap, 2019b.
<https://www2.unifap.br/editora/files/2019/12/xime-dji-konetma.pdf>
- SANTOS, Mara. SILVA, Glauber Romling da. Duas ortografias, uma língua: as variedades KARipuna e Galibi-Marworno do Kheuól do Uaçá. Porto das Letras, v. 6, n. 3, p. 228-250, 2020.
<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/9860>
- SILVA, Glauber Romling. A distinção contável-massivo no Kheuól do Uaçá. LIAMES: Línguas Indígenas Americanas, v. 21, p. e021004-e021004, 2021.
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/liames/article/view/8661283/26571>
- SILVA, Jaciara da; SANTOS, Nordevaldo dos; CHARLES, Joao; SANTOS, Gelsama Mara dos; SILVA, Glauber Romling da. CAMPETELA, Cilene; COSTA, Ingrid (orgs.). Nate konetma dji thavai - Liv djidatk dji methes-iela. Macapa, AP: Editora Unifap, 2019a.
<https://www2.unifap.br/editora/files/2019/12/nate-konetma-dji-thavai.pdf>
- SILVA, Jaciara da; SANTOS, Nordevaldo dos; CHARLES, Joao; SANTOS, Gelsama Mara dos; SILVA, Glauber Romling da. CAMPETELA, Cilene; COSTA, Ingrid (orgs.). No Liv dji ixtwa Galibi Marworno - Liv paradjdatk dji methes-iela. Macapa, AP: Editora Unifap, 2019b.
<https://www2.unifap.br/editora/files/2019/12/no-liv-dji-ixtwa-balibi-marworno.pdf>
- TOBLER, S. Joyl. The Grammar of Karipúna Creole. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1983.
- VALADARES, Simoni MB. Some notes on possessive constructions in Palikur (Arawak, Brazil). University of New Mexico, USA, 2006.
https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/artigo%3Avaladares-2006/Valadares_vol18.pdf